

## PLANO DE ENSINO

<b>DISCIPLINA</b>	DIREITO DA REGULAÇÃO						
<b>DOCENTE</b>	SÉRGIO GUERRA E NATASHA SALINAS						
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIR031	<b>PERÍODO</b>	5º	<b>NATUREZA</b>	OBRIGATÓRIA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	60h

<b>EMENTA</b>	As atividades estatais na ordem econômica brasileira. Reformas administrativas e ascensão do Estado Regulador. Serviços Públicos. O Estado como agente econômico. Parcerias Público-Privadas. Parcerias do Estado com o Terceiro Setor. Estrutura e funcionamento dos órgãos reguladores. Processos administrativos na atividade regulatória. Controle político e judicial da atividade regulatória.						
<b>OBJETIVOS</b>	Propor uma reflexão ampla sobre as variadas formas de atuação do Estado no âmbito da Ordem Econômica, com ênfase para a atividade regulatória.						
<b>METODOLOGIA</b>	Aulas participativas e interativas. Leituras prévias obrigatórias. Discussões e debates de casos pré-selecionados, seguidos de aula expositiva. Eventuais dinâmicas e/ou atividades simuladas em duplas ou grupos.						
<b>HABILIDADE</b>  Exigência MEC  RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.					
		Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.					
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.					
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.					
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.					
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.					
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.					
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.					
		Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.					
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.					
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.					
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.					
		Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.					
		Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.					
	Outras:						
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>							
<b>AULA</b>	<b>TEMA</b>						
1	Apresentação do curso. As atividades estatais na ordem econômica brasileira.						
2	Reformas Administrativas e ascensão do Estado Regulador.						
3	Disciplina constitucional dos serviços públicos.						
4	Disciplina constitucional dos serviços públicos (continuação).						
5	Regime jurídico da delegação de serviços públicos.						
6	Regime jurídico da delegação de serviços públicos (continuação).						
7	Disciplina contratual das concessões dos serviços públicos.						
8	Disciplina contratual das concessões de serviços públicos (continuação).						
9	Parcerias público-privadas: regime jurídico.						
10	Parcerias público-privadas em setores específicos.						
11	Regulação e fomento estatal.						
12	Parcerias do Estado com Organizações Sociais.						

13	Parcerias do Estado com Organizações da Sociedade Civil.
14	Atividades monopolizadas pelo Estado.
15	Regime jurídico das empresas estatais.
16	Agências Reguladoras: aspectos organizacionais e institucionais.
17	Agências Reguladoras: funções.
18	Agências reguladoras consorciadas.
19	Os órgãos reguladores intersetoriais.
20	Fundamentos do Processo Administrativo.
21	Processo administrativo sancionador.
22	Soluções alternativas de controvérsias: mediação e arbitragem.
23	Processo normativo do Poder Executivo.
24	Controle judicial dos atos administrativos.
25	Controle político dos atos administrativos.
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	<p>CrITÉrios de avaliação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• P1: 50% Prova com consulta sobre os temas abordados na primeira metade do curso. A prova exigirá a solução de problemas/casos com o emprego dos conhecimentos e habilidades desenvolvidos no curso.</li> <li>• P2: 50% Prova com consulta sobre os temas abordados na segunda metade do curso. A prova exigirá a solução de problemas/casos com o emprego dos conhecimentos e habilidades desenvolvidos no curso.</li> </ul>
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	<p>ARAGÃO, Alexandre dos Santos. Curso de Direito Administrativo. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.  CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 32. Ed. São Paulo: Atlas, 2018.  JUSTEN FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 13. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	<p>AGUILLAR, Fernando Herren. Direito Econômico: do Direito Nacional ao Supranacional. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2016.  ARAGÃO, Alexandre dos Santos. Direito dos Serviços Públicos. Belo Horizonte: Fórum, 2017.  DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na Administração Pública: concessão, permissão, franquias, terceirização, parceria público-privada. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.  GUERRA, Sérgio. Agências Reguladoras: da organização piramidal à governança em rede. Belo Horizonte: Fórum, 2012.  MENDONÇA, José Vicente de. Direito Constitucional Econômico: a intervenção do Estado na Economia à Luz da Razão Pública e do Pragmatismo. 2.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017.</p>